ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ESTADO DO ACRE – AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVERIGUAÇÃO DO AUMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU 2019. Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do **Vereador Emerson Jarude**, presentes os **Vereadores Antônio Morais, Artêmio Costa, Elzinha Mendonça, João Marcos, Mamed Dankar, Raílson Correia, Raimundo Neném, Rodrigo Forneck e Sandra Asfury. Vereador Antônio Morais** transmitiu os trabalhos da presidência da sessão para o **Vereador Emerson Jarude**, autor do requerimento**. Vereador Emerson Jarude** cumprimentou os presentes, assomou a tribuna e discorreu sobre o aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano, e o aumento da cobrança pelo serviço de energia elétrica. Ressaltou que os servidores públicos não receberam o décimo terceiro salário, dificultando o adimplemento de IPTU, IPVA e etc. Questionou os motivos do aumento. **Secretário Municipal de Finanças Edson Rigaud Viana Neto** agradeceu ao **Vereador Emerson Jarude** pela realização da audiência pública e cumprimentou os presentes. Discorreu detalhadamente sobre o funcionamento do imposto em questão. Esclareceu que a tributação é importante para que os serviços públicos sejam realizados. Falou que o aumento do IPTU não tem relação com algum déficit financeiro. Explanou a discrepância entre valor real do imóvel e o valor tributado no IPTU. Concluiu que o imposto não está caro, mas sim muitíssimo barato. Falou que o munícipio arrecada mais com IPVA, entretanto existem mais casas que carros, logo, a arrecadação do IPTU é baixa. Apontou que a falta de manifestação da Prefeitura é de sua responsabilidade, por uma falta de compreensão no processo de divulgação da informação do aumento. Explicou que não sabe ao certo quando o erro começou e que não pode citar nomes de secretários e administradores dos últimos dez anos, com risco de ocorrer execração pública, sem ter certeza da participação dessas pessoas no erro. Informou que instaurará uma Comissão de Sindicância para verificar a cronologia do valor do IPTU nos últimos anos, a verificação será providenciada por auditores que não estão ligados à tributação do IPTU, para apontar as falhas e possíveis responsáveis. Ressaltou a importância da Câmara de Vereadores nas questões de diretrizes orçamentárias. Indicou que muitas pessoas com capacidade contributiva estão pagando o IPTU bem abaixo do que deveria ser tributado, logo as pessoas que necessitam de serviços públicos são prejudicadas, pois tais são custeados pela tributação. Esclareceu que o aumento tem que ocorrer para os grandes empreendimentos imobiliários,

corrigindo as disparidades atuais entre valor imobiliário e valor imobiliário tributado, logo os mais carentes podem ser isentados do IPTU. Esclareceu, também, que as suas falas podem não refletir a opinião da Prefeita, logo que a opinião técnica é diferente da opinião política. Por fim, falou que a redução de tributação é diretamente ligada à redução de serviços públicos. **Márcio**, representante da OAB/Acre, assomou a tribuna e cumprimentou os presentes. Indicou como a questão entrou na pauta de discussão da OAB. Ressaltou que o problema não tem uma solução fácil e defendeu um debate articulado para solucionar a questão. E, esclareceu que a OAB ainda está na fase de conhecimento dos fatos. **Marcelo**, representante do Presidente da Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agrícola do Acre – ACISA, assomou a tribuna e cumprimentou os presentes. Indicou que não está satisfeito com o aumento do imposto, pois a tributação no Brasil é totalmente abusiva, citou dados específicos acerca dos impostos e desejou que ocorra um debate para solucionar o problema. **Alekine Lopes**, representante do Ministério Público do Acre, assomou a tribuna e cumprimentou a todos. Comentou a fala do Secretário Edson e parabenizou pela coerência, pois realmente o problema de defasagem nos preços acarreta em um grande problema e, por fim, desejou uma solução justa para o problema. **Vereador Mamed Dankar** assomou a tribuna e afirmou que a fala do Secretário Edson foi precisa e coerente. Ressaltou que os bairros mais periféricos sofrem bastante sendo que o imposto não retorna da forma devida, pois os serviços de infraestrutura não são realizados de forma efetiva. Indagou sobre a posição da Prefeita e ressaltou que a Câmara irá discutir a situação com a devida seriedade. **Egídio**, representando a FECOMERCIO, assomou a tribuna e cumprimentou a todos. Indicou que a correção dos valores imobiliários na planilha de cobrança do IPTU irá pesar muito para a classe empresarial. Sugeriu que a defasagem seja corrigida, mas que não prejudique ou sacrifique a classe. **Vereador Rodrigo Forneck** pediu a leitura dos inscritos. **Adaíldo Lima** assomou a tribuna e cumprimentou os presentes. Contrapôs parcialmente a fala do Secretário Edson. Sugeriu uma sindicância para apurar os fatos, uma vistoria por parte do Tribunal de Contas do Estado e a instauração de Comissão de Inquérito para averiguar as defasagens e erros dos valores do IPTU nos últimos anos. E, por fim, sugeriu uma revisão na Lei Orçamentária Anual. **Vereador João Marcos** assomou a tribuna e cumprimentou os presentes. Destacou que ocorre uma má gestão e indagou qual seria a ação imediata da Prefeitura. Parabenizou o Secretário Edson. Pediu apoio para procurar a solução mais viável. Indagou sobre a inadimplência e as formas de cobrança. **Frank Vidal**

assomou a tribuna e cumprimentou os presentes. Pediu que o encaminhamento da audiência seja realizado, pois muitas sugestões foram apresentadas na audiência. Parabenizou a instauração da sindicância. Sugeriu que o IPTU seja parcelado em doze vezes para gerar mais conforto para o contribuinte. **Vereador Rodrigo Forneck** assomou a tribuna e cumprimentou os presentes. Parabenizou a fala do Secretário. Ressaltou que o convertimento dos impostos em serviços públicos é algo muito difícil. Afirmou que está disposto a participar de um debate para tornar o IPTU mais justo. Disse que a citação de culpados de forma indevida e precoce é injusta. Destacou que a distribuição tributária entre as três esferas, União, Estado e Munícipio, é totalmente injusta. **Presidente da União das Associações de Moradores de Rio Branco, Oséias Silva,** assomou a tribuna e cumprimentou os presentes. Parabenizou o Secretário Edson pela explicação e atuação no serviço público. Ressaltou a importância dos descontos e incentivos para o pagamento do IPTU. E que a transparência continue na explanação dos resultados da sindicância. **Vereadora Sandra Asfury** assomou a tribuna e cumprimentou os presentes. Ressaltou a importância da discussão e falou sobre a falta de fiscalização de infraestrutura na área urbana. Indagou sobre os destinos do imposto, em percentual. Indicou a importância do parcelamento do IPTU. **Vereadora Lene Petecão** assomou a tribuna e cumprimentou os presentes. Parabenizou o Vereador Emerson Jarude pelo requerimento da audiência. Ressaltou a importância da transformação dos tributos em serviços públicos, principalmente o IPTU. Solicitou que a Prefeita esclareça questões acerca do IPTU, em uma reunião com os parlamentares de oposição. **Vereador Rodrigo Forneck** comentou a fala da Vereadora Lene Petecão. **Secretário Edson** respondeu as indagações apresentadas durante a audiência. **Vereador Emerson Jarude** transmitiu os trabalhos para **Vereadora Elzinha Mendonça**. **Vereador Emerson Jarude** assomou a tribuna e agradeceu pela presença de todos. Ressaltou que a atualização da planta genérica é extremamente importante. **Vereadora Elzinha Mendonça** transmitiu os trabalhos para o **Vereador Emerson Jarude. Encaminhamentos**: serão encaminhados os frutos desta audiência pública à Prefeitura, bem como sugestões para evitar o aumento do IPTU no presente ano e solicitação para que não ocorra o aludido aumento. Agradecimentos. Registro fotográfico. Notas taquigráficas. Nada mais havendo a ser tratado, a **audiência foi encerrada** e, para constar, lavrada a presente ata que, após ser lida e achada conforme, vai assinada por ele, _____Presidente.